



## **Fragmentação de um Território, Fragmentação de um povo: um estudo de caso na Comunidade da Comunidade Caiçara do Guaraguaçu no município de Pontal do Sul/PR**

Bicudo, Laura<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa é resultado de uma parceria entre um projeto de extensão<sup>2</sup> e um projeto de pesquisa, em que ambos trabalham junto às comunidades do litoral paranaense. A pesquisa de campo foi realizada pelo projeto de extensão “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar no Litoral Paranaense” do qual o autor participava no ano de 2023. A pesquisa consistiu em um diagnóstico sócio-produtivo, que teve como objetivo fundar as bases para a futura construção de uma cozinha comunitária no local, através do projeto NAPI Alimento e Território (Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação).

Dado o contexto, permanece o interesse do autor em aprofundar-se nas questões sócio-territoriais da comunidade, o que gerou o presente trabalho, que discute as questões socioambientais relacionadas ao território da comunidade caiçara do Rio Guaraguaçu. Ao longo do texto desenvolve-se uma análise do impacto da fragmentação territorial da comunidade, a qual se dá a partir da chegada dos órgãos ambientais e do poder hegemônico no local, e qual sua relação com a perda das práticas e tradições dessa população. A invasão do poder hegemônico na comunidade é analisado a partir do conceito de estruturas territoriais

As informações do trabalho foram obtidas em campo a partir do diálogo, de entrevistas semi-estruturadas e da escuta ativa de moradoras da comunidade do Guaraguaçu, além de registros

---

1

<sup>2</sup>Pesquisa foi realizada a partir do projeto “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar no Litoral Paranaense” em parceria com o Programa NAPI Alimento e Território (Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação)



de áudio e fotográfico mediante sua permissão. Vale destacar que durante o trabalho de investigação houve a importante contribuição de Dona Conceição, liderança comunitária local e presidente da Associação de Moradores da Comunidade Caiçara do Guaraguaçu (ACOMÇÚ), que atuou como mediadora desse processo entre a universidade e a comunidade. Para a amostragem foi utilizada a metodologia da Bola de Neve (VINUTO, 2014) a partir das primeiras indicações de Conceição.

A partir da revisão bibliográfica e das entrevistas realizadas com as moradoras, a pesquisa identificou os impactos da fragmentação do território e processos do capital no modo de vida comunitário do local.

## TEORIA E MÉTODO

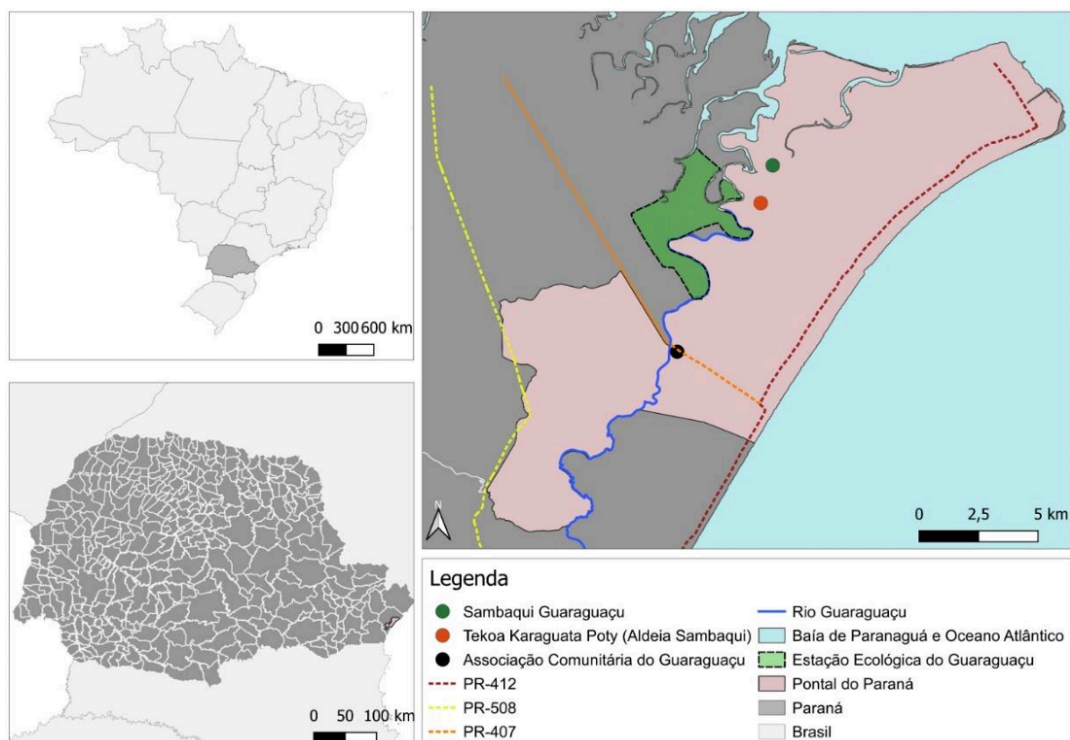
A abordagem teórica do trabalho é a geografia crítica, partindo-se do pressuposto de que o território é um local conflituoso e de disputas. Nesse sentido, para fundamentação teórica foi realizada a revisão de obras de Claude Raffestin, com destaque para a Geografia do Poder (RAFFESTIN, 1993). Além disso, foi analisada a obra “Microfísica do Poder” de Foucault, compreendendo a interdisciplinaridade da geografia crítica. Utilizou-se também a obra “Mito Moderno da Natureza Intocada”, de caráter antropológico, de Antônio Carlos Diegues que através desta expõe sobre a contradição do movimento preservacionista adotado pelos órgãos ambientais, que defendem a retirada de toda e qualquer presença humana das reservas ambientais, ainda que as áreas com presença humana (como terras indígenas, quilombolas etc) sejam os locais em que a mata segue mais preservada de todo o país. A revisão bibliográfica foi realizada através das plataformas Researchgate, Scielo, google acadêmico e acervo da biblioteca da Universidade Federal do Paraná.

## LOCAL DE PESQUISA

O presente trabalho foi realizado na comunidade caiçara do Guaraguaçu, localizada no município de Pontal do Paraná/PR, cuja localização está indicada no mapa 1 pelo ponto de cor preta (Associação Comunitária do Guaraguaçu). A comunidade é atravessada pela rodovia PR 407 e está localizada às margens do rio Guaraguaçu.



Figura 1: Comunidade Caiçara do Guaraguaçu



Fonte: elaborado por Camila Bufato com informações fornecidas pelos autores, reproduzida em Nascimento, Pereira e Denardin (2024, p. 465)

A base metodológica da pesquisa consiste nas metodologias participativas (Brandão, 2004): a escuta da história de vida, conduzida por perguntas semi-estruturadas (quadro 2), a caminhada transversal (Verdejo, 2006) pelo território da comunidade, além de registros fotográficos e de áudio. As informações sobre a condução da pesquisa estão descritas no quadro 1, identificando as entrevistas realizadas, perfil dos entrevistados, data do trabalho de campo e o roteiro percorrido.

Quadro 1 - informações relativas às saídas à campo

Entrevistas realizadas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conceição Ramos (atual presidente da Associação Comunitária do Guaraguaçu, aposentada)</li><li>- Cláudio (filho de conceição, trabalha com turismo de base comunitária)</li><li>- Daniele</li><li>- Teresa (aposentada)</li><li>- Lica (aposentada)</li><li>- Marina (aposentada)</li><li>- Alzira (aposentada)</li></ul>
------------------------	---



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Perfil dos entrevistados	<ul style="list-style-type: none"><li>- Todos os entrevistados são nascidos na comunidade.</li><li>- Todos os entrevistados, com exceção de Cláudio e Daniele, já estão aposentados.</li></ul>
Data do trabalho de campo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dia 6 de outubro de 2023.</li><li>- Dia 27 de outubro de 2023.</li></ul>
Roteiro da caminhada transversal	Caminhada transversal tanto pela comunidade (empreendimento café caçara, terreno da futura cozinha comunitária e espaço onde são realizadas feiras aos sábados) quanto pelos quintais produtivos, individualmente.

Fonte: projeto “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar no Litoral Paranaense”

Vale ressaltar que o questionário, indicado no quadro 2, foi aplicado principalmente para as mulheres aposentadas do território, que compõem a faixa etária mais antiga da comunidade. O questionário base teve como objetivo guiar o rumo da pesquisa, realizada a partir de uma conversa fluida com a comunidade, em que o diálogo aberto permitiu respostas longas e diversas.

Quadro 2- questionário semi-estruturado

1- Qual o seu nome?
2- Qual o seu endereço?
3- Autodeclaração de raça
4- Qual seu gênero?
5- Tem filhos?
6- Atualmente mora com quantas pessoas?
7- Qual sua história de vida? (Conte um pouco sobre a história da comunidade e sua história de vida)
8- Há quanto tempo vive na comunidade?
9- Quais atividades desenvolve na comunidade?
10- (Se não nasceu na comunidade) Onde nasceu e com quantos anos veio para a comunidade?
11- Onde morava antes de morar na comunidade?
12- Com o que trabalhava antigamente?



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

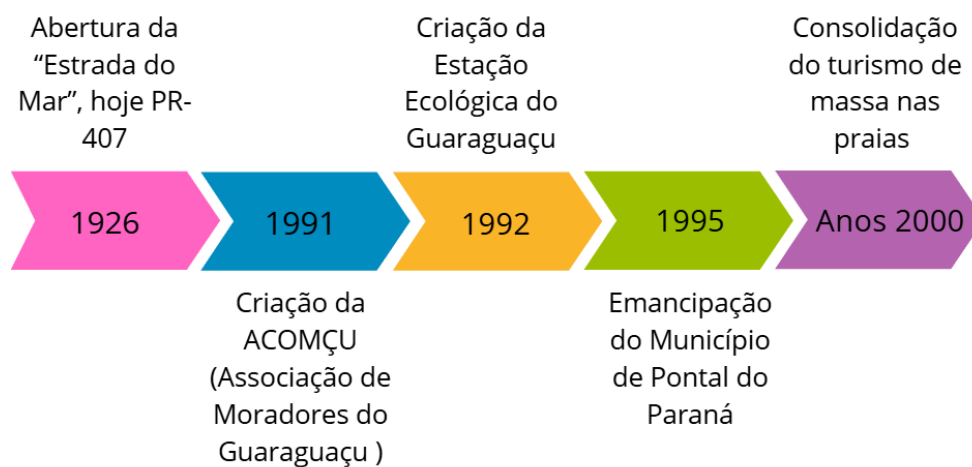
13- Como sua vivência anterior colabora para suas atividades hoje em dia?
14- Havia festas ou comemorações tradicionais na comunidade? Quais?
15- Tem fotos antigas? Pode mostrar?

Fonte: projeto “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar no Litoral Paranaense”

## BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE DO GUARAGUAÇU

A comunidade caiçara do Guaraguaçu desenvolveu-se às margens do rio Guaraguaçu, utilizado pela comunidade para a pesca, navegação e transporte de mercadorias, especialmente para trocas comerciais em Paranaguá. Segundo as moradoras do local e antigos documentos, famílias fixaram-se ali no território há cerca de cento e cinquenta anos (RAMOS, 2017) e sua população atual deriva tanto dos povos originários, quanto de imigrantes europeus, que segundo o IBGE (2023) iniciaram um processo de ocupação da região de Pontal do Paraná a partir do século XVII. De acordo com Marcos de Vasconcellos Gernet (2013), a comunidade localiza-se em um sítio arqueológico de sambaquis, que indica as primeiras ocupações de populações originárias no local. O autor enfatiza que grande parte dessa riqueza arqueológica foi perdida durante a pavimentação da até então “Estrada do Mar”, atual PR 407, na qual utilizou-se o material (rico em cal) constituinte dos sambaquis. Surge, portanto, essa estrada que atravessa a comunidade, como descrita na figura 2, que conectou o município de Paranaguá e a região conhecida até então como praias de Paranaguá (IBGE, 2023).

Figura 2: Linha do tempo da comunidade do Guaraguaçu



Fonte: autor



Em 1991 a comunidade do Guaraguaçu funda a Associação Comunitária do Guaraguaçu, a partir da reunião de moradores e comerciantes mais influentes, a partir da qual os moradores viabilizam ações como a construção da igreja da comunidade, um posto dos correios, a administração comunitária do cemitério do Guaraguaçu, a criação de uma creche e o café caiçara (empreendimento de turismo de base comunitária).

No ano seguinte, em 1992, há a criação da Estação Ecológica do Guaraguaçu, que data o marco de restrição de uma série de atividades tradicionais da comunidade. Essas atividades eram marcadas por uma íntima relação com a mata atlântica, da qual se coletava o cipó-imbé, utilizado na confecção das cestarias; a madeira de guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), utilizada para a construção de canoas; a juçara para o consumo do palmito, além das práticas de caça e pesca. Além da proibição de todas essas atividades, houve também o impedimento do plantio de suas roças tradicionais, realizadas em sistemas do coivara.

Até o ano de 1995, o município de Pontal do Paraná era pertencente à Paranaguá, elevado a condição de distrito no ano de 1988 e emancipado no ano de 1995, a partir de pressões mobilizadas pelas de associações de moradores das até então “praias de Paranaguá” (IBGE, 2023), que hoje constituem os balneários do município. Esse marco histórico, assim como o da construção da rodovia, impactaram diretamente na comunidade do Guaraguaçu, uma vez que os fluxos se intensificam na região e à medida que o turismo de massa foi sendo fortalecido, especialmente após os anos 2000.

## A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS ESTRUTURAS TERRITORIAIS NO GUARAGUAÇU

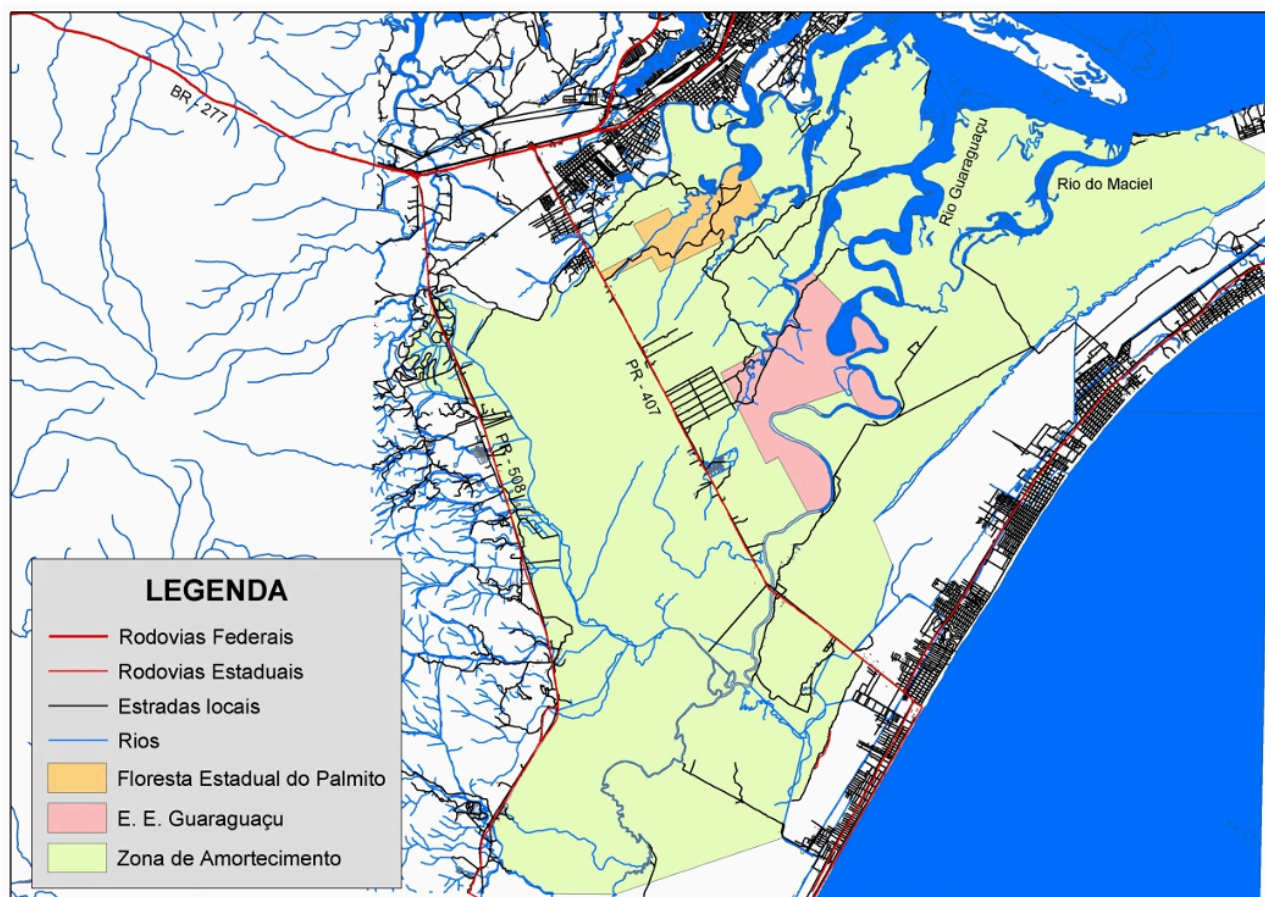
A fragmentação do território da comunidade é descrito pela população local como um processo iniciado a partir de fatores como a grilagem de terras e intimidação dos moradores, construção da PR 407, além da especulação imobiliária e construção de casas de veraneio na comunidade (RAMOS, 2023)<sup>3</sup>. Além disso, outro marco da fragmentação territorial (RAMOS, 2023) no local foi o estabelecimento das Unidades de Conservação (UCs) - a Estação Ecológica do

<sup>3</sup> RAMOS, Conceição. Liderança comunitária. Entrevista concedida ao Projeto “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar no Litoral Paranaense”. Comunidade Caiçara do Guaraguaçu, Pontal do Paraná/PR. 16 Out. 2023. [2h de duração]. Arquivo de áudio.



Guaraguaçu (E. E. Guaraguaçu) – e a zona de amortecimento em seu entorno da comunidade (LUCIANO; BATISTA; FOLHA, 2013), indicados na figura 3.

Figura 3: Estação Ecológica do Guaraguaçu e zona de amortecimento



Fonte: PARANÁ, s.d

A fragmentação territorial ocorre quando o processo de produção do território – a territorialização – é interrompido ou impedido. Para Raffestin (1993), o território é uma produção social que surge da apropriação e do trabalho humano sobre o espaço, por meio da utilização dos recursos locais (ambiente). Essa produção é, simultaneamente, material e imaterial: a relação da comunidade com o espaço e seus recursos gera saberes, práticas e identidades específicas. Festividades associadas à colheita ou a confecção de cestaria com cipó imbé são exemplos de elementos culturais que só existem devido à interação com um ambiente específico. Portanto, quando uma comunidade é cercada em termos espaciais e privada do acesso ao ambiente, ocorre a perda simultânea de dois elementos fundamentais de sua territorialização, o que resulta na



fragmentação não apenas do território, mas da própria reprodução cultural e identitária da comunidade.

O conceito de Estrutura Territorial de Raffestin (2009) define cristalizações derivadas do processo de territorialização de um local, sendo por meio dessas é possível observar a sua estrutura de poder implícita. Essa estrutura de poder implícita, produtora de estruturas territoriais, ocasiona a fragmentação do território: na comunidade, observa-se uma alteração da paisagem derivada do processo de territorialização do capital, impressa na construção da rodovia, da compra de terrenos da comunidade para veraneio (acompanhada da construção de muros e cercas), na substituição das roças por mercados que oferecem alimentos ultraprocessados etc. Pela ótica da geografia do poder, essas estruturas territoriais evidenciam imposições tanto, materiais, como a construção de muros que cortam a comunidade; quanto simbólicas, como a proibição de festividades advindas da chegada de igrejas pentecostais na comunidade, o que evidencia também a fragmentação do poder de decisão da população local sobre o território.

Um exemplo de estrutura territorial e seu impacto na fragmentação da comunidade foi a construção da PR-407. Essa rodovia pode ser considerada um dispositivo de poder, uma vez que, conforme analisa Foucault (1975) em Vigiar e Punir, o poder não é uma simples proibição, mas uma tecnologia que produz realidades, o que gera novos fluxos, comportamentos e organizações espaciais. Nesse sentido, esse dispositivo foi determinante para a aceleração da divisão de lotes, a chegada de novos agentes e o aumento do turismo de massa devido ao acesso facilitado, assim como da poluição sonora e do ar ocasionada pela rodovia. Esses fatores impactam, mais uma vez, na desterritorialização da população local, na atividade econômica tradicional e nas relações de convívio comunitário.

Por último destaca-se as cercas como estruturas territoriais que fragmentam a comunidade, fruto da atual territorialização dominante. Segundo Ramos (2023) “para saber quem é antigo da comunidade é só ver qual casa tem muro e cerca, as que não tem são dos moradores”. Esse fator denota a relação comunitária, de confiança e cooperação entre a população local, enquanto os muros e cercas indicam o que Raffestin (2009) descreve sobre os limites estabelecido pelas estruturas territoriais: “o limite cristalizado [...] justifica territorialmente as relações de poder”, revelando o poder de uma estrutura de segregar o espaço e romper com a dinâmica comunitária, internalizando no local a lógica da propriedade privada.



## A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL O IMPACTO NO MODO DE VIDA COMUNITÁRIO LOCAL

Dentre os fatores que impactam a comunidade, um dos mais mencionados pelos moradores são as proibições advindas da criação da Estação Ecológica do Guaraguaçu na década de 1990 e das leis ambientais que a acompanharam. Nesse sentido, compreendendo a UC como uma estrutura territorial, sua criação denota a cristalização do poder e de uma ideologia dominante - a do preservacionismo (Raffestin, 2009). Raffestin (2009) coloca, sobre as UCs que essa ideologia surge a partir dos “pais do ambientalismo moderno” Henry David Thoreau e John Muir, que pensam a sobrevivência do planeta como dependente de assegurar a proteção da “natureza selvagem” (*wilderness*). Isso não apenas segrega homem e natureza, como generaliza as populações humanas como destruidoras dos recursos naturais.

Segundo Raffestin (2009) “é a territorialidade do homem a responsável pela crise do ambiente” e ressalta que é a produção dos territórios pelo mau uso dos recursos que gera tantas crises na história humana. Isso não significa que toda a produção de território é maléfica: vale distinguir a territorialidade produzida pelo colonizador e a territorialidade produzida pelas populações tradicionais, em que a primeira fragmenta e segrega homem e natureza e consome recursos de maneira desenfreada, enquanto a segunda, de acordo com Diegues (2004), é descrita como relação simbiótica entre humano e ambiente e tem a capacidade de potencializar os processos biológicos. Portanto, é possível concluir que a crise ambiental e social não é fruto da territorialidade do ser humano como espécie, mas da territorialidade hegemônica que se impõe sobre os territórios, fragmentando-os e ocasionando a perda de saberes que mantiveram “a floresta em pé” por séculos, como na comunidade Caiçara do Guaraguaçu.

Segundo Diegues (2004) a região do complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá é um local de rica diversidade, tanto biológica quanto cultural. De acordo com o pesquisador, as comunidades que ali se desenvolveram conviviam em uma relação de interdependência com a mata e com o mar, sendo que suas atividades eram baseadas em sistemas de manejo sustentável da natureza, ressaltando o equívoco da legislação ambiental ao retirar os agentes desse território:

A política ambiental equivocada, que transforma os caiçaras em moradores ilegais em suas próprias terras e a especulação imobiliária, com a construção de casas de veraneio, expulsando-os de suas terras são, a nosso ver, os processos sociais que mais atingem o



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

modo de vida caiçara, uma vez que leva à perda de seu território enquanto local de reprodução social.

Esses processos, além de fragmentar o território da comunidade, impediram que mantivessem seu sistema tradicional agrícola e o usufruto dos recursos oferecidos pela mata, o que impactou em todas as áreas da reprodução de seus modos de vida, especialmente na soberania alimentar da população.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os relatos dos moradores da comunidade caiçara do Guaraguaçu, seu modo de vida prévio à invasão do capital era baseado na agricultura de coivara, extrativismo, trabalho comunitário e nos fazeres manuais. Moradoras mais antigas da comunidade descrevem a agricultura organizada em roças coletivas e a derrubada queimada (coivara), onde eram cultivados principalmente mandioca e abacaxi, e os processos de colheita e comercialização, as figuras 3 e 4 ilustram parte desse processo. O rio Guaraguaçu era o eixo central para transporte, pesca e comércio, especialmente da farinha de mandioca, levada para o porto de Paranaguá, assim como outros produtos.

Figura 3: foto antiga da colheita de  
abacaxis na comunidade do Guaraguaçu



Fonte: autor (2023)

Figura 4: foto antiga da colheita  
mandioca na comunidade do Guaraguaçu



Fonte: autor (2023)



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Em contraste com a atualidade, segundo os moradores, a única possibilidade de cultivar é em seus quintais produtivos. As moradoras mais antigas da comunidade ainda preservam saberes fazeres relacionados às receitas tradicionais, como a cambira, o bolo de fubá na bananeira, o bolinho de graxa, a caranguejada entre outros, além de saberes manuais como as cestarias e luminárias de cipó. Todavia, relatam que muitos jovens nascidos na comunidade acabam saindo do território e não se envolvendo mais com os saberes da comunidade, geralmente migrando para o município de Paranaguá.

## A CULTURA DA COIVARA

O sistema de coivara era o mais utilizado na comunidade para o cultivo dos alimentos, tanto comercial, quanto para consumo. As moradoras da comunidade relatam que em uma das margens do rio localizavam-se as moradias da comunidade, enquanto na outra, adentrando um pouco na mata, eram feitas as roças no sistema de coivara. Esse sistema de plantio consistia em encontrar uma área na mata em que a terra fosse propícia plantio, processo que prosseguia-se da derrubada-queimada das árvores no perímetro escolhido. O material foliar era queimado em cinzas, provendo nutrientes minerais ao solo, enquanto os troncos e excesso de galhos retornavam ao solo após decompostos no próprio local escolhido.

## CONSEQUÊNCIAS ALIMENTARES E NUTRICIONAIS

Nas entrevistas realizadas com a comunidade foi avaliado que grande parte da cultura alimentar local estava relacionada ao cultivo no sistema de coivara, que era a base tanto alimentar, quanto econômica da comunidade. Poucos desses alimentos são ainda hoje cultivados na comunidade em pequenos espaços, o que representa uma dependência de mercados externos advinda da fragmentação do território, além de perda da soberania alimentar e nutricional. Abaixo, no quadro 3, descreve-se um pouco a respeito da história associada aos alimentos anteriormente cultivados na comunidade e qual sua situação atual na comunidade.

Quadro 3 - alimentos tradicionalmente cultivados e consumidos na comunidade do Guaraguaçu



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

	Histórico na comunidade	Atualidade
Abacaxi ( <i>Ananas comosus</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- O principal produto agrícola da comunidade, junto com a mandioca</li><li>- Década de 1960: plantio para comercialização em sistema de coivara</li><li>- Segundo os relatos a colheita era uma grande comemoração, mergulhavam os frutos no rio para refrescá-los para consumo</li><li>-</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Variedade crioula adaptada à região</li><li>- Cultivado em poucos quintais</li><li>- Moradoras relatam que após a proibição da coivara na comunidade nunca mais produziu-se um abacaxi tão doce como antes</li></ul>
Banana ( <i>Musa paradisíaca</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- cultivadas tanto em roças, beira dos rios e na proximidade das casas</li><li>- alimento base para a comunidade</li><li>- utilizado no prato tradicional cambira (prato que leva peixe seco e bananas meio verdes)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Cultivadas nos quintais</li><li>- Permanece na cultura da cambira, que tem tido sua tradição recuperada através do empreendimento “café caiçara”</li></ul>
Batata doce ( <i>Ipomea batatas</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- Plantada nas roças de coivara, em “morrinhos elevados” para evitar excesso de umidade</li><li>- consumidas assadas na brasa da fogueira</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atualmente são pouco cultivadas nos quintais</li></ul>
Cará ( <i>Dioscorea alata</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- Nativo da região e amplamente cultivado na comunidade</li><li>- Cultivado para autoconsumo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atualmente Alzira (moradora) preserva pelo menos 8 variedades crioulas de de Cará, entre elas cará-moela, cará-amarelo, cará-roxo, cará-de-espinho.</li></ul>
Indaiá ( <i>Pindorea concinna</i> ) - palmeira nativa da mata atlântica que produz frutos de polpa alaranjada e que contém coquinho em seu interior	<ul style="list-style-type: none"><li>- Muito consumida antigamente</li><li>- Coquinhos triturados no pilão e usados no preparo de receitas</li><li>- Misturado na goma de tapioca depois de moído</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atualmente ainda é colhida e utilizada pela comunidade.</li></ul>



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Juçara ( <i>Euterpe edulis</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extração do palmito</li><li>- Uma das bases da alimentação da comunidade</li><li>- Raiz indígena</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Hoje a comunidade é proibida de coletar a juçara</li></ul>
Mandioca ( <i>Manihot esculenta</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- Cultivada nas roças de coivara</li><li>- A farinha da mandioca era o principal produto comercial da comunidade</li><li>- Havia na comunidade praticamente uma farinheira (casa de processamento da farinha de mandioca) por moradia, todavia poucas resistiram ao tempo, abandonadas e sucateadas devido a mudança da base econômica da comunidade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Pouco cultivada atualmente</li><li>- A farinha ainda é amplamente utilizada na comunidade</li><li>- Atualmente há apenas duas farinheiras na comunidade, uma em desuso e outra em processo de recuperação por Cláudio.</li></ul>
Milho ( <i>Zea mays</i> )	<ul style="list-style-type: none"><li>- cultivado também em roças de coivara em consórcios com outros cultivos</li><li>- tradição do “bolo de milho na folha da bananeira”, assado na chapa quente do forno à lenha e consumido “como pão”</li><li>- Antigamente era feito a partir do milho crioulo ralado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atualmente não é mais cultivado</li><li>- Preserva-se a cultura do bolo de milho na bananeira, feito agora à base de fubá comprado em mercados</li></ul>
Caça	<ul style="list-style-type: none"><li>- Antigamente muito comum</li><li>- caça de paca, tatu, capivara</li><li>- Assada no moquém/defumada</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atualmente é proibida</li></ul>



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Caranguejo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Local de coleta realizada descendo o rio por cerca de meia hora</li><li>- coletado na lua cheia</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Preserva-se até hoje na comunidade a tradição de coleta de caranguejos no mangue</li><li>- Atualmente há o defeso dos caranguejos (época em que não se coleta)</li><li>- É permitida a coleta no mês de dezembro</li></ul>
Galinha caipira	<ul style="list-style-type: none"><li>- Criadas desde sempre na comunidade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Até hoje Conceição preserva uma raça crioula de galinhas, já adaptadas a região</li></ul>
Pescados	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fundamental na alimentação da comunidade, consumidos diariamente</li><li>- Praticada no rio e no mar</li><li>- Comercialização dos pescados</li> <li>- Eram preservados com uma técnica de salga e secagem (peixe moqueado, que dá origem à cambira)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prática significativamente reduzida</li><li>- Atualmente há períodos de defeso de determinadas espécies</li></ul>

Fonte: Entrevistas concedidas ao projeto “Tecnologias Sociais para a Promoção da Segurança e Soberania Alimentar no Litoral Paranaense”

As informações descritas revelam que alimentos essenciais para a comunidade já não são acessados tão facilmente, agora dependente de um mercado externo. No passado a comunidade tinha livre acesso a alimentos frescos e livres de agrotóxicos, o que hoje já não é mais uma realidade.

## CONSEQUÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL SOBRE AS FESTIVIDADES

Como consequência da chegada da estrada e da globalização, houve também a instalação de igrejas pentecostais ao longo do território da comunidade e com esse movimento perdeu-se muito das festividades e celebrações características da comunidade. De caráter religioso, com matriz católica e mesclados a uma espiritualidade própria, os festivais tradicionais dessas



comunidades foram sendo gradualmente abandonados, frequentemente condenados por essas igrejas que se instalaram no local. RAMOS (2023) relata que as igrejas evangélicas iniciaram sua instalação no local por volta de 1980, período esse em que abandonou-se, aos poucos, as festividades, tal como a bandeira do Divino.

A Bandeira do divino é uma festa tradicional comemorada no período da quaresma, com características de matriz católica, mas repleta de elementos culturais próprios e pagãos. Essa festividade é um momento em que a bandeira do divino espírito santo é levada para percorrer um longo caminho, trajeto realizado durante dias a fio por diversas cidades, em que os devotos recebiam os foliões com jantar, café e estadia em suas casas. No litoral do Paraná é tradicionalmente acompanhada pelo som do fandango caiçara e muitas comemorações, tendo suas especificidades de acordo com a região (RAMOS, 2012). No entanto, na comunidade caiçara do guaraguaçu tal festividade já não é mais praticada, o que é relatado com pesar pelas moradoras da comunidade, saudosas do espírito comunitário e de união em dias de recebimento dos fandangueiros em suas casas.

## RESISTÊNCIAS E TERRITORIALIDADES ALTERNATIVAS

A resiliência dos moradores da comunidade e sua habilidade de reinvenção diante dos fatos históricos enfrentados, como descrito por Foucault na obra “História da sexualidade I: a vontade de saber”, demonstra que: “Onde há poder, há resistência, e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder”. Dessa maneira, avalia-se que uma das iniciativas de resistência da comunidade é demonstrada pela recuperação de uma farinheira, realizada por Cláudio, filho de Conceição, que tem como objetivo demonstrar a produção de farinha como atração turística de base comunitária. Essa iniciativa fortalece o laço cultural da comunidade com o mais importante elemento da cultura alimentar local: a farinha de mandioca, além de ser uma alternativa econômica para as famílias.

Apesar dos enfrentamentos da comunidade, ainda observa-se que busca por sua soberania alimentar, preservação (e reinvenção) cultural. Uma das ferramentas de luta encontradas foi a criação da associação de moradores do Guaraguaçu (ACOMÇU), por exemplo. Por meio dessa, conseguiu-se estabelecer feiras aos sábados, em que alimentos tradicionais ainda são produzidos e



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

vendidos como forma de complementação de renda da comunidade, além da criação de empreendimentos, como o “café caiçara”, restaurante de comidas tradicionais do Guaraguaçu que promove eventos de culinária tradicional (RAMOS, 2017). Outro marco da resistência comunitária é o projeto futuro de uma cozinha comunitária, que está em processo de planejamento em conjunto com o Programa NAPI Alimento e Território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das entrevistas evidenciam que a chegada dos movimentos conduzidos pelo capital e a exclusão do ponto de vista ambiental, geraram uma série de perdas para a população comunidade, que teve de adaptar-se à nova realidade instalada. Apesar disso, a comunidade segue resistindo com iniciativas que perpetuam seus saberes e que reforçam sua permanência no território. A Associação de Moradores da Comunidade Caiçara do Guaraguaçu, por exemplo, é uma iniciativa que reúne os moradores do local e promove ações conjuntas com a comunidade.

Outro fator que revela a resistência da comunidade é a projeção de uma cozinha comunitária no local, o que fortalece os laços de trabalho coletivo entre a comunidade, as feiras e o turismo de base comunitária, além de ser essencial para a perpetuação de saberes- fazeres associados às receitas e alimentos tradicionais do local. Além disso, a iniciativa demonstra à população jovem a possibilidade de permanência no território.

Apesar das iniciativas de resistência, não havendo políticas públicas para regularização fundiária, a população segue em atividades tais quais a prestação de serviço. Nesse sentido, urge a necessidade de políticas públicas que avaliem o processo histórico pelo qual os territórios passaram para a reavaliação fundiária do local. Alternativas como a avaliação de terrenos ociosos e sua ocupação através da implementação de hortas comunitárias, bem como o incentivo às práticas agroecológicas são iniciativas fundamentais para que o território impulse a sua autonomia e soberania alimentar.



## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar: O saber da partilha. 1. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: HUCITEC, 2004.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 91. Disponível em:

[https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869766/mod\\_resource/content/0/FOUCAULT%2C%20Michel.Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade%20vol.1-A-Vontade%20de-Saber.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869766/mod_resource/content/0/FOUCAULT%2C%20Michel.Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade%20vol.1-A-Vontade%20de-Saber.pdf). Acesso em: 10 nov. 2025.

GERNET, Marcos Vasconcellos. Gênese e ocupação do Sambaqui do Guaraguaçu, Pontal do Paraná. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 5, n. 8, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/194>. Acesso em: 10 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pontal do Paraná - Histórico. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pontal-do-parana/historico>. Acesso em: 4 nov. 2025.

LUCIANO, Mary Ellen; BATISTA, Joyce Costa; FOLHA, Denise Alves de Oliveira. Avaliação da implementação e vulnerabilidade da estação ecológica do Guaraguaçu – Paranaguá/PR. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 4., 2013, Salvador. Anais [...].

Salvador: IBEAS, 2013. Disponível em:

<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VI-061.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; PEREIRA, Cássio; DENARDIN, Valdir Frigo. Entre a pesquisa e a ação: operacionalização do método da Pesquisa-Ação no Guaraguaçu, Litoral do Paraná. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 27, n. 2, p. 455-479, jul./dez. 2024. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/51353/51135/282523>. Acesso em: 05 nov. 2025.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Planejamento da EEG (Estação Ecológica do Guaraguaçu). In: Plano de Manejo: Estação Ecológica do Guaraguaçu.

Curitiba: IAT, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Manejo-Estacao-Ecologica-do-Guaraguacu>. Acesso em: 09 nov. 2025.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

RAMOS, Conceição. Liderança comunitária. Entrevista concedida a [Seu Nome]. Comunidade Caiçara do Guaraguaçu, Pontal do Paraná/PR, 16 out. 2023. [2h de duração]. Arquivo de áudio.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

RAMOS, Daniele. Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇÚ): uma história a ser contada. 2017. 21 f. Artigo (Especialização em Questão Social Interdisciplinar) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 03 nov. 2025.